Sobre o (des)equilíbrio financeiro da primeira década do Sporting, Sociedade Desportiva de Futebol, SAD

Margarida Boa Baptista
Paulo de Andrade

Faculdade de Motricidade Humana
Universidade Técnica de Lisboa
Portugal

RESUMO

Como noutros países, o futebol é indiscutivelmente a modalidade desportiva com mais adeptos em Portugal. Os bons resultados obtidos pela selecção nacional constituem motivo de orgulho nacional e de sentimento de união. O objectivo deste artigo é dar uma maior visibilidade à parte mais oculta da gestão desportiva, a gestão económica e financeira dos clubes de futebol. A Sporting, SAD foi eleita para o presente estudo de caso. Os autores analisaram a evolução do equilíbrio financeiro da Sporting, SAD ao longo da primeira década da respectiva existência, utilizando a abordagem clássica dos rácios financeiros. Os dados recolhidos derivam dos documentos económico-financeiros e respectivos anexos publicados nos Relatórios e Contas da Sporting, SAD. Os resultados apurados evidenciam o desequilíbrio financeiro em que a organização viveu ao longo da primeira década da sua existência, só ultrapassado nas últimas três épocas, em muito propulsionado pelas decisões de engenharia financeira tomadas durante a época de 2004/05.

Palavras-chave: gestão financeira, sociedade desportiva, futebol

ABSTRACT

About the financial (un)balance of the first decade of Sporting Soccer Sport Society

As it happens in many other countries, soccer is no doubt the sport, which gathers more fans in Portugal. The fine results achieved by the national soccer team are a reason for national pride and union feeling. The purpose of this article is to highlight sport's management most unseen part, the financial management of soccer teams. The Sporting, SAD was chosen as the present case study. The authors have analysed the evolution of Sporting's financial balance during the first decade of its existence, using the classical financial ratio approach. The data were obtained from the Sporting, SAD's Financial Statements. The results show an unbalanced financial period for the first seven years. Although Sporting, SAD has overtaken this problem for the last three years, it is the authors' opinion that the financial engineering performed by the organization's administration during the season of 2004/2005 was the base for such a change.

Key-words: financial management, sport society, soccer

INTRODUÇÃO

Sobre a importância do futebol

O Futebol é indiscutivelmente a modalidade desportiva com mais adeptos em Portugal. Os bons resultados obtidos pela selecção nacional e pelos três principais clubes com impacto internacional constituem motivo de orgulho nacional e de sentimento de união. Poucas são as actividades em que, como no futebol, podemos encontrar um impacto tão positivo na promoção exterior da imagem de Portugal.

A importância que o futebol tem para os portugueses já no passado levou a que se sentisse um fenómeno de sentido inverso: *quando em 1934, a selecção da Federação Portuguesa de Futebol perdeu por 9-0, em Madrid, historiadores houve que levantaram, indignados, as suas vozes, afirmando que o resultado era indigno da Pátria a que pertenciam os descendentes dos heróicos vencedores de Aljubarrota... E note-se que esses intelectuais de maneira nenhuma estavam ligados ao movimento desportivo, e até o desmerecia*⁽³⁾.

Uma actividade que tem um impacto tão relevante na sociedade não podia deixar de se assumir como um poderoso foco de atracção para algumas pessoas que encontram no dirigismo desportivo uma via para, independentemente de servirem as organizações, se aproveitarem da posição que ocupam para retirar benefícios pessoais que podem até apenas passar pelo protagonismo público que adquirem. O poder dos dirigentes de futebol na sociedade portuguesa é realmente surpreendente. Nesta matéria, lembremos as palavras proferidas pelo Professor Manuel Sérgio quando assume que *os clubes de maior nomeada funcionam, hoje, como instrumentos de conservação do poder, por parte de grupos de interesses, arredando os sócios das magnas decisões sobre a coisa desportiva*⁽⁹⁾. Ironicamente, tal realidade é muitas vezes conseguida com os sócios convencidos que até lhes coube o poder de decidir, tal a complexidade das matérias que lhes são colocadas para análise... Um outro exemplo bem ilustrativo desta situação é-nos recordado pelo Professor José Esteves: *João Havelange, na sua despedida da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), o acto de maior e mediática repercussão foi uma longa entrevista à British Broadcasting Corporation (BBC), também exibida em Portugal, onde respondeu à derradeira questão, esta: "O que o moveu, o que o tem motivado, na sua longa vida, como dirigente desportivo?" disse apenas isto, "O Poder"*⁽³⁾.

Infelizmente a importância do futebol ultrapassa

mesmo a fronteira do fenómeno desportivo para se misturar na esfera da política. Uma vez mais o Professor José Esteves alerta: *para se alcançar o poder, e em particular o poder autárquico, dentre as promessas a fazer, ou a dar a entender, mas tudo com largas delapidações dos dinheiros públicos, sobressaem as correspondentes aos futebolistas locais. E são dezenas de milhões de contos que se despendem anualmente, pelas autarquias, pequenas, médias e grandes, as de todas as divisões, regionais e nacionais, que "o futebol é a distração, a alegria, do povo"*⁽³⁾. Com um peso determinante na propagação e influência do futebol encontramos os meios de comunicação social. Para lá de circularem em Portugal três jornais desportivos diários dedicados quase em exclusivo ao futebol, é-nos também fornecida informação diária em plenos telejornais, durante os horários mais nobres, sobre os treinos dos três principais clubes portugueses. Encontramos aqui uma importante ponte para a compreensão da ligação dos clubes de futebol aos patrocinadores. Seguramente, não é irrelevante o facto de em períodos de tão elevada audiência poderem ver as suas marcas expostas nos telejornais.

Sobre a gestão dos clubes

Debruçando-nos agora sobre a forma como os clubes são geridos, sobressai o facto de existir uma gestão claramente direccionada para os sócios e adeptos, cuja preocupação está quase em exclusividade centrada nos resultados desportivos. A emoção da vitória ou da derrota consubstancia-se no estímulo principal da sua reacção sobre a performance de dirigentes, técnicos e jogadores. Numa actividade em que está presente uma tão importante carga emocional, a gestão acaba inevitavelmente por ser norteadada para a máxima debilitação das reacções nos momentos negativos, bem como para um cuidado enaltecimento dos bons resultados.

E o que dizer da criação de valor económico na organização? Será vista como um objectivo para os sócios e adeptos?

O actual Presidente do Sporting Clube de Portugal admitiu recentemente que *o Sporting teve anos de má gestão desportiva, é preciso reconhecê-lo*⁽⁵⁾. Dado o relevo que tem dado à difícil situação económica que o clube atravessa ao longo do seu mandato, admitimos que tenha um entendimento da gestão desportiva

muito mais abrangente do que o respeitante à esfera da performance competitiva. Não deixa, no entanto, de ser curioso que os elevadíssimos prejuízos anuais não tenham merecido qualquer comentário específico a um Presidente que tem dado tanta ênfase à situação económica e financeira do clube.

Ora, o que é uma gestão competente?

Entronca aqui uma das vertentes principais do futebol, a quantidade de euros e dólares que giram em torno desta modalidade. A perpetuidade do Clube é garantida apenas pelos êxitos desportivos ou necessitam estes de ser acompanhados por uma correcta gestão económica e financeira? Não deverá uma gestão competente procurar alcançar equilíbrio económico e financeiro lutando simultaneamente pela obtenção de bons resultados desportivos?

Recordemos Peter Drucker: *as empresas têm de ter resultados financeiros satisfatórios para viverem; sem eles não conseguem sobreviver e não podem, de facto, fazer o seu trabalho. Contudo, elas não existem para ter resultados financeiros. Os resultados financeiros, por si mesmo, não são adequados, não são o propósito da empresa e não são a justificação e a razão da sua existência*⁽²⁾. Sublinhemos portanto, algo que frequentemente parece arredado das mentes de tantos dirigentes desportivos: sem resultados económicos positivos as organizações não conseguem sobreviver. Então, justificar-se-á que nos questionemos sobre a reacção de sócios e adeptos perante uma má gestão económica. Sofre algum tipo de penalização? E o papel do Conselho Fiscal? Alerta os sócios para uma eventual degradação da situação económica? E é a este importante órgão alguma vez apontado o dedo, co-responsabilizando os seus membros por não denunciarem a condução de um clube para uma situação de falência? Nunca. Desde logo porque a maioria dos sócios não sabe interpretar os dados fornecidos por um Balanço ou uma Demonstração de Resultados. E aqueles que sabem não se preocupam em, ano após ano, analisar a sua evolução. É portanto uma área que vai evoluindo sem grande controlo até que os sinais vermelhos surjam bem acesos. Provavelmente, numa altura em que a autonomia financeira já fica muita aquém do desejável, entregando-se o clube nas mãos de terceiros, dos bancos. Como exemplo flagrante, mais uma vez, nas palavras do actual Presidente do Sporting, SAD, *tanto o Banco Espírito Santo (BES) como o Banco Comercial Português (BCP) acham que têm uma*

exposição muito elevada no Sporting cujo índice de solvabilidade é muito baixo. Ou seja, querem que o clube diminua radicalmente o seu passivo bancário⁽⁴⁾.

Sobre os objectivos do trabalho

Com este trabalho vamos procurar dar uma maior visibilidade para a parte mais oculta da gestão desportiva, a gestão económica e financeira dos clubes de futebol. Com o advento das SAD's procurou-se criar uma nova cultura, novas metodologias de trabalho, trazendo para as organizações desportivas uma indispensável componente empresarial, uma maior profissionalização da estrutura. A sociedade que vamos analisar, a Sporting, Sociedade Desportiva de Futebol, SAD foi constituída por escritura pública de 28 de Outubro de 1997, com um capital de 7.000.000 contos, com apelo à subscrição pública, regendo-se pelo regime jurídico especial estabelecido no Decreto-lei n.º 67/97, de 3 de Abril. No prospecto de Subscrição Pública, em Agosto de 1997, pode-se ler que *a Vossa empresa é gerida de forma responsável e transparente na defesa do património dos seus accionistas*. Mas será que esta profunda transformação se veio a reflectir em mudanças comportamentais dos dirigentes face à gestão e, em particular, no que respeita à evolução do equilíbrio financeiro da organização ao longo da primeira década da respectiva existência? Esta é uma das perguntas a que iremos tentar responder com este trabalho.

Pretendemos assim, com o presente trabalho, focalizar a atenção para a necessidade do adepto apaixonado passar a encarar como uma inevitabilidade a gestão do clube de uma forma integrada, onde a componente desportiva nunca pode desassociar-se da estratégia económica e financeira, de molde a poder estar sempre garantida, num prazo mais ou menos longo, a obtenção do indispensável equilíbrio económico e financeiro, essencial ao futuro da organização desportiva e sustentáculo fundamental à tão desejada competitividade desportiva a médio e longo prazo.

MATERIAL E MÉTODOS

Sobre o método aplicado

A verificação de equilíbrio financeiro é considerada fundamental para a análise da estabilidade da organização. O estudo do equilíbrio financeiro visa a certificação da existência, ou não, de um relacionamento

equilibrado entre os recursos e as aplicações existentes em qualquer organização⁽⁶⁾. As decisões de gestão sobre a estrutura financeira, ou sobre a forma através da qual os elementos do activo (aplicações de fundos) são financiados, por capitais alheios de curto ou médio e longo prazo (origens alheias de fundos) ou por capitais próprios (origens próprias de fundos), devem garantir a existência de equilíbrio financeiro na organização. Pelo exposto, são incontornáveis os efeitos condicionantes de duplo sentido entre as políticas de investimentos e financiamentos. Dito de outro modo, a política de investimentos é condicionada pela política de financiamentos tal como, por seu turno, não se deverá conceber uma política de financiamentos desintegrada da política de investimentos.

Para a aferição pretendida utilizámos a abordagem tradicional que assenta em dois vectores elementares, a saber, a análise do Fundo de Maneio e a Teoria dos Rácios⁽¹⁾, no que respeita exclusivamente ao conjunto de rácios que apreciam aspectos de índole financeira, denominados rácios de liquidez e de financiamento.

Existem outras teorias de análise do equilíbrio financeiro, das quais destacamos a Teoria Funcional, cuja preocupação reside no equilíbrio funcional entre as origens e as aplicações de fundos, estudando a relação existente entre si para cada ciclo financeiro da organização (ciclo de investimento, ciclo das operações financeiras e ciclo das operações de exploração), a partir da construção do balanço funcional^(1, 6). Contudo, para que a sua aplicação seja possível, é necessário ter-se um conhecimento detalhado sobre as componentes das diversas rubricas que constituem as grandes classes de contas do Balanço. É pois devido à carência de tal informação, bem como à opção dos autores em não sustentar a aplicação da referida teoria em demasiados pressupostos, no sentido de diminuir ao máximo o risco da subjectividade, que se optou por utilizar para o presente trabalho uma teoria já há muito testada, garantindo assim um elevado grau de fiabilidade quanto aos resultados alcançados.

Sobre a recolha de dados

Os dados recolhidos derivam dos documentos económico-financeiros e respectivos anexos publicados

nos Relatórios e Contas do SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD., em especial, os dados incluídos nos Balanços e Demonstrações de Resultados, relativos aos primeiros dez anos de existência da sociedade desportiva em análise, designadamente, aos exercícios económicos de 1997/98 a 2006/07.

Sobre a explicação de alguns dados recolhidos

Algumas situações particulares referentes aos dados recolhidos merecem uma explicação mais detalhada, a saber:

- a) Na época 2003/04 *as demonstrações financeiras do exercício são de apenas onze meses de actividade, pelo que não são directamente comparáveis com as dos restantes exercícios*⁽⁷⁾. Os resultados deste exercício foram, na nossa opinião, bastante beneficiados devido a esta situação. Efectivamente, os principais centros de custos, custos com o pessoal, amortizações, FSE e custos financeiros, terão sido positivamente afectados em mais de 3 milhões de euros enquanto que, a nível de proveitos operacionais, admitimos que o mês em falta tenha apenas deixado de contabilizar cerca de 600.000 euros respeitantes a quotizações de sócios, patrocínios e royalties.
- b) A situação financeira da sociedade foi positivamente afectada a partir do exercício de 2004/05 pelos motivos seguintes:

Por escritura pública realizada em 31 de Março de 2005 o capital social foi elevado de m€22 000 para m€ 42 000. O aumento foi efectuado mediante a emissão de 10 000 000 de novas acções escriturais nominativas, com o valor nominal de € 2 e um ágio de € 0,65 cada uma. No âmbito do processo de consolidação, reestruturação e reorganização económico-financeira a Sporting SAD cedeu, em finais do mês de Março de 2005, à DE – Desporto e Espectáculo, SA, sociedade na qual detinha 100% do seu capital: os direitos televisivos e os direitos acessórios relativos às épocas desportivas de 2008/09 a 2018/19 e os créditos do contrato celebrado com a TBZ Marketing – Acções Promocionais, SA. Por contrato celebrado em finais de Março de 2005 a Sporting, SAD alienou a participação financeira detida na DE – Desporto e Espectáculo, SA à Sporting Comércio e Serviços, pelo montante de m€ 65000. Esta operação gerou uma mais valia contabilística de m€ 64950, a qual se encontra relevada nas demonstrações financeiras a 30 de Junho de 2005⁽⁸⁾.

c) No Relatório e Contas referente à época desportiva 2006/07 surge um montante de proveitos com transferências de jogadores de € 25 456 000 devido fundamentalmente à saída do jogador Nani.

Sobre a transferência de jogadores

A questão relativa à contabilização das mais-valias provenientes de transferências de jogadores tem sido matéria de controvérsia entre várias sociedades desportivas, podendo observar-se a dicotomia opcional “proveitos operacionais *versus* proveitos extraordinários”. Não se trata apenas de uma mera discussão académica: quando incorporados no balanço organizacional, os passes dos jogadores são classificados como investimentos e, consequentemente, contabilizados em imobilizado incorpóreo (Propriedade Industrial e Outros Direitos), ficando assim, sujeitos a uma base anual de amortizações. O custo anual que é portanto repercutido nas contas é o da amortização. Porém, quando existe uma mais-valia proveniente de uma transferência de um jogador, deixando de fazer parte do património da organização, deveria, segundo os mais básicos pressupostos do método contabilístico, ser incorporado em proveitos extraordinários.

A opção por considerar tais proveitos como operacionais pode originar erros graves de análise para aqueles que não são conhecedores desta situação. Se as sociedades estiverem cotadas na Bolsa de Valores, como é o caso da organização em estudo, os accionistas acabam por poder ser induzidos em erro por deficiente informação. As contas do Sporting SAD da época 2006/07 constituem um excelente exemplo do risco de erro delineado, pois podem facilmente conduzir a uma deficiente análise da evolução da situação económica e financeira da organização. Em boa verdade, se os proveitos respeitantes às transferências fossem imputados a proveitos extraordinários, obteríamos um resultado operacional negativo superior a 8 milhões de euros.

Atendendo a que no caso em apreço, a sociedade só a partir da época de 2003/04 é que enveredou pelo critério de contabilizar em proveitos operacionais tais mais-valias, foi opção dos autores corrigir as demonstrações de resultados a partir dessa época, imputando os respectivos valores a proveitos extraordinários.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Sobre o Fundo de Maneio

Um elevado Fundo de Maneio (FM), expresso pelo excedente dos capitais permanentes (capitais colocados à disposição da gestão por um período superior a 1 ano) sobre o activo fixo (totalidade das imobilizações líquidas de amortizações e das dívidas a receber num prazo superior a 1 ano), é, na perspectiva desta teoria, um sinal de maior solidez financeira de uma organização, garantindo que as fontes de financiamento permanentes cobrem não só o activo fixo como ainda uma certa percentagem do activo circulante. Os resultados da Sporting SAD (Quadro 1) revelam exactamente o contrário durante os primeiros 7 anos, período durante o qual o FM se foi agravando vertiginosamente, arrancando de um patamar negativo de 6 064 m€ (milhares de euros) na época de 1997/98 até atingir, na época de 2003/04 um limiar negativo de 63 334 m€. Durante este período, a organização viveu um claro desequilíbrio financeiro, representando a parte de capitais exigíveis a curto prazo que esteve a financiar a parte do activo cuja liquidez é mais reduzida. De salientar, dada a ressalva anteriormente efectuada quanto à particularidade dos valores envolvidos nas demonstrações financeiras do exercício referente à época de 2003/04, um potencial agravamento do valor respeitante ao FM do mesmo ano, caso tivesse sido contabilizado o mês em falta, uma vez que na presença de um benefício dos custos contabilizados, não compensado por movimento inverso do lado dos proveitos, muito provavelmente, iríamos alcançar um resultado líquido do exercício ainda mais negativo do que o apresentado (9 222 m€), prejudicando ainda mais o valor do capital próprio total já negativo em 47246 m€. Nos últimos três anos em análise, isto é, a partir de 2004/05, a tendência até então delineada é completamente alterada, na medida em que não só o FM apresenta valores positivos como uma propensão de claro crescimento, observando-se no último ano um montante positivo de 66 663 m€. Incontornavelmente, a viragem verificada ao nível do valor do total do capital próprio da época de 2003/04 para a de 2004/05, passando de um valor negativo de 47246 m€ para um valor positivo de 33924 m€, teve um peso inestimável na reviravolta provocada ao nível do FM. Os factores já sublinhados anteriormente relativamente

à alteração do valor total do capital próprio ao longo da época de 2004/05, induziram a tal melhoria tão significativa: por um lado, o aumento de 20 000 m€ do capital social através da emissão de acções, e por outro, a obtenção de um lucro de 54670 m€, decisivamente alicerçado pela cedência de direitos televisivos, acessórios e créditos à DE – Desporto e Espectáculo, SA, e alienação da participação na DE à Sporting Comércio e Serviços, SA, processo que gerou uma mais-valia de 64950 m€. Por último, a mais-valia de 25456 m€ gerada pela venda do jogador Nani contribuiu para se atingir, em 2006/07, o valor máximo do FM ao longo de toda a primeira década da Sporting, SAD.

Sobre os Rácios de Liquidez

Os rácios de liquidez conferem a capacidade das organizações solverem os seus compromissos de curto prazo. Como a Sporting, SAD não detém existências, calculámos apenas os rácios de liquidez reduzida e imediata (Quadro 2). Segundo este modelo, valores elevados demonstram que a organização tem uma liquidez do activo suficiente para fazer face às obrigações inerentes ao passivo de curto prazo. Assume-se como patamar mínimo de segurança financeira o valor de 1 para a liquidez reduzida, enquanto que para a imediata o valor padrão é inexistente, dependendo sobretudo das necessidades de tesouraria compatíveis com a natureza da actividade

Quadro 1- Fundo de Maneio

m€: Milhares de Euros	1997/8	1998/9	1999/00	2000/1	2001/2	2002/3	2003/4	2004/5	2005/6	2006/7
Capitais Permanentes:										
Capitais Próprios	27471	24925	13490	11997	-10713	-38025	-47246	33924	34236	48716
Passivo de MLP:										
Provisões Riscos/Encargos	499	0	0	1142	1022	883	239	285	0	2000
Dívidas Instituições Crédito	0	6734	4489	8230	24486	17396	5000	15000	33000	33000
Outros Credores	6085	7290	2810	7223	6317	12938	11182	4362	4593	3990
Total Passivo MLP	6584	14024	7299	16595	31825	31217	16421	19647	37593	38990
Total Capitais Permanentes	34055	38949	20789	28592	21112	-6808	-30825	53571	71829	87706
Activo Fixo:										
Imobilizações Incorpóreas:										
Despesas Instalação	620	372	125	33	22	11	1	73	47	20
Propriedade Industrial e OD	38826	41113	35544	51859	45641	36903	27208	16622	18847	14446
Adiantamento Imobilizações	0	998	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Imobilizações Incorpóreas	39446	42483	35669	51892	45663	36914	27209	16695	18894	14466
Imobilizações Corpóreas:										
Edifícios	0	92	105	442	235	0	0	0	0	0
Equipamento Básico	82	57	90	134	186	133	88	52	29	16
Equipamento Transporte	265	193	131	85	119	103	112	55	5	5
Ferramentas/Utensílios	2	3	3	2	1	0	0	0	0	0
Equipamento Administrativo	158	139	158	134	108	75	60	45	33	25
Outras Imobilizações	6	35	31	24	30	48	40	31	23	28
Imobilizações em Curso	0	0	357	0	0	0	0	0	0	3
Total Imobilizações Corpóreas	513	519	875	821	679	359	300	183	90	77
Dívidas de Terceiros MLP	160	1400	1082	4312	8955	5981	5000	100	0	6500
Total Activo Fixo	40119	44402	37626	57025	55297	43254	32509	16978	18984	21043
Fundo de Maneio	-6064	-5453	-16837	-28433	-34185	-50062	-63334	36593	52845	66663

desenvolvida pela organização. Os valores obtidos para os rácios de liquidez da Sporting, SAD são, à excepção da liquidez reduzida ao longo dos três últimos anos analisados, manifestamente insuficientes, revelando aos respectivos credores um elevado risco, tanto no que respeita ao reembolso pelos créditos concedidos, como no que concerne à concessão de novos créditos ou empréstimos de curto prazo. Na época de 2004/05, a grande diminuição do passivo de curto prazo, alavancado pelo aumento do activo de curto prazo (situações que, no período em causa, em muito se sustentaram na variação positiva da conta de accionistas), originaram a grande melhoria da liquidez reduzida, continuando esta a incrementar-se até à época 2006/07. Gravíssimos são os resultados da liquidez imediata, denotando-se uma quase nulidade dos meios mais líquidos para fazer face às dívidas a pagar num período inferior a 1 ano.

Sobre os Rácios de Financiamento

No essencial, os rácios de financiamento estabelecem comparações entre os capitais alheios, os capitais próprios e os capitais totais, permitindo uma análise complementar aos rácios de liquidez, cen-

trando a nossa atenção na capacidade organizacional de solver os seus compromissos a médio/longo prazo (Quadro 3). A expressão do peso dos capitais alheios no financiamento organizacional é dada pelo Rácio de Endividamento, evidenciando a ideia geral do risco financeiro, o qual cresce com a sua percentagem. A questão crucial da autonomia financeira foi posta em causa desde a época 1999/00 até à de 2004/05, ano em que foi recuperado o sinal positivo do total dos capitais próprios. Na mesma linha de orientação, surge o Rácio de Solvabilidade, verificando em que medida o passivo é coberto pelos capitais próprios. Os resultados revelam uma nítida falta de independência financeira entre o período de 1999/00 até 2003/04. No último ano, a proporção do capital próprio em relação ao passivo é claramente confortável. Quanto ao grau de exigibilidade do passivo, dado tanto pela Estrutura do Endividamento a Curto Prazo e como pelo Peso do Endividamento a Médio/Longo Prazo, os resultados mostram-nos que só a partir da época de 2005/06 é que se vislumbra uma pressão menos elevada de tesouraria, dado o crescente peso do endividamento a médio/longo prazo face ao de curto prazo. Por seu turno, o grau

Quadro 2- Rácios de Liquidez

m€: Milhares de Euros	1997/8	1998/9	1999/00	2000/1	2001/2	2002/3	2003/4	2004/5	2005/6	2006/7
Activo de Curto Prazo:										
Total do Activo	55137	62538	62418	76080	79000	71856	74960	89992	100939	113712
Activo Fixo	40119	44402	37626	57025	55297	43254	32509	16978	18984	21043
Total Activo Curto Prazo	15018	18136	24792	19055	23703	28602	42451	73014	81955	92669
Passivo de Curto Prazo:										
Total do Passivo	27666	37613	48928	64083	89713	109881	122206	56068	66703	64996
Passivo de MLP	6584	14024	7299	16595	31825	31217	16421	19647	37593	38990
Total Passivo Curto Prazo	21082	23589	41629	47488	57888	78664	105785	36421	29110	26006
Rácio Liquidez Reduzida	0,71	0,77	0,60	0,40	0,41	0,36	0,40	2,00	2,82	3,56
Disponibilidades:										
Caixa	1	4	3	3	11	6	3	4	0	0
Depósitos à Ordem	1	718	128	3021	441	4222	798	459	131	1038
Depósitos a Prazo	0	0	0	0	0	0	2693	0	0	0
Total de Disponibilidades	2	722	131	3024	452	4228	3494	463	131	1038
Total Passivo Curto Prazo	21082	23589	41629	47488	57888	78664	105785	36421	29110	26006
Rácio Liquidez Imediata	0,00	0,03	0,00	0,06	0,01	0,05	0,03	0,01	0,00	0,04

Quadro 3- Rácios de Financiamento

m€: Milhares de Euros	1997/8	1998/9	1999/00	2000/1	2001/2	2002/3	2003/4	2004/5	2005/6	2006/7
Total do Passivo	27666	37613	48928	64083	89713	109881	122206	56068	66703	64996
Total do Activo	55137	62538	62418	76080	79000	71856	74960	89992	100939	113712
Rácio de Endividamento	50%	60%	78%	84%	114%	153%	163%	62%	66%	57%
Capital Próprio	27471	24925	13490	11997	-10713	-38025	-47246	33924	34236	48716
Total do Passivo	27666	37613	48928	64083	89713	109881	122206	56068	66703	64996
Rácio de Solvabilidade	99%	66%	28%	19%	-12%	-35%	-39%	61%	51%	75%
Total do Passivo Curto Prazo	21082	23589	41629	47488	57888	78664	105785	36421	29110	26006
Total do Passivo	27666	37613	48928	64083	89713	109881	122206	56068	66703	64996
Estrutura Endividamento CP	76%	63%	85%	74%	65%	72%	87%	65%	44%	40%
Total do Passivo MLP	6584	14024	7299	16595	31825	31217	16421	19647	37593	38990
Total do Passivo	27666	37613	48928	64083	89713	109881	122206	56068	66703	64996
Peso Endividamento MLP	24%	37%	15%	26%	35%	28%	13%	35%	56%	60%
Excedente Bruto Exploração:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Operacionais	11.975	19.528	-28.008	25.373	32.627	-31.206	-16.529	-9.700	-2.960	-8.002
Amortizações do Exercício	9765	13879	15008	18151	17898	16936	11641	13055	9012	9836
Provisões do Exercício	499	0	0	1142	0	0	1249	586	0	2000
Total Excedente Bruto Exploração	-1711	-5649	-13000	-6080	-14729	-14270	-3639	3941	6052	3834
Total Encargos Financeiros	167	1384	987	1891	3241	3570	2486	2139	1905	2515
Rácio Cobertura Encargos Financeiros	-10,25	-4,08	-13,17	-3,22	-4,54	-4,00	-1,46	1,84	3,18	1,52
Total Endividamento Estável	6584	14024	7299	16595	31825	31217	16421	19647	37593	38990
Total Capitais Permanentes	34055	38949	20789	28592	21112	-6808	-30825	53571	71829	87706
Estrutura Capitais Estáveis	19%	36%	35%	58%	151%	-459%	-53%	37%	52%	44%
Autofinanciamento:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-7.445	-2.546	-11.435	21.445	22.715	-27.311	-9.222	54.670	313	14.480
Amortizações do Exercício	9765	13879	15008	18151	17898	16936	11641	13055	9012	9836
Provisões do Exercício	499	0	0	1142	0	0	1249	586	0	2000
Total do Autofinanciamento	2819	11333	3573	-2152	-4817	-10375	3668	68311	9325	26316
Total dos Proveitos Operacionais	11.982	13.362	15.893	26.036	22.816	17.912	23.695	32.889	32.853	39.426
Margem de Autofinanciamento	24%	85%	22%	-8%	-21%	-58%	15%	208%	28%	67%
Total Endividamento Estável	6584	14024	7299	16595	31825	31217	16421	19647	37593	38990
Total do Autofinanciamento	2819	11333	3573	-2152	-4817	-10375	3668	68311	9325	26316
Período de Reembolso	2,34	1,24	2,04	-7,71	-6,61	-3,01	4,48	0,29	4,03	1,48

em que a exploração organizacional consegue gerar meios suficientes para cobrir os respectivos encargos financeiros é dado pelo Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros. Os valores negativos obtidos até à época de 2003/04 denunciam graves problemas com o pagamento de juros, só ocorrendo uma cobertura adequada no ano de 2005/06 e embora mantendo-se positivo no último ano, decai para um limiar de segurança. O Rácio da Estrutura dos Capitais Estáveis é indicador do peso do endividamento a longo prazo em relação à totalidade dos capitais permanentes disponíveis na organização. É observado um claro desequilíbrio no financiamento a longo prazo entre o endividamento estável e os capitais próprios entre as épocas de 2001/02 e 2003/04, situação que se restabelece a partir de 2004/05. A Margem de Auto-financiamento permite analisar a capacidade da organização na geração de meios através das suas operações. Entre as épocas de 2000/01 e 2002/03, a Sporting, SAD mostrou, nesse âmbito, uma total incapacidade, verificando-se em 2004/05 uma inversão de tal aptidão, fundamentando-se na obtenção de um lucro muito elevado nesse ano, pelas razões que já alertámos anteriormente. Por último, o Período de Reembolso expressa o número de períodos económicos necessários para que, com o nível de auto-financiamento organizacional apurado, se consiga cobrir o total das dívidas a médio/longo prazo contraídas. Neste âmbito, o período muito crítico corresponde às épocas de 2000/01 a 2002/03, onde são verificados valores negativos, impossibilitando a cobertura em análise. Nos últimos 4 anos, os valores, embora muito irregulares, são todos inferiores aos quatro anos e meio, e no último ano, o aumento do auto-financiamento verificado em muito pela venda do jogador Nani, permite um período de reembolso inferior a um ano e meio.

CONCLUSÕES

A existência de estabilidade financeira tem de se constituir, definitivamente, como um vector indispensável para a prossecução dos objectivos ligados à competitividade desportiva numa organização como a Sporting, SAD, pelo que, torna-se fundamental garantir aturadamente o equilíbrio financeiro de organizações desta natureza.

Os resultados apurados evidenciam o desequilíbrio financeiro em que a Sporting, SAD viveu ao longo da primeira década da sua existência, só ultrapassado nas últimas três épocas, em muito propulsionado pelas decisões de engenharia financeira tomadas durante a época de 2004/05. Não podemos deixar de sublinhar que tais medidas podem acarretar graves riscos de encobrir a realidade muito negativa dos resultados correntes da organização, os quais, não tendo em consideração os proveitos decorrentes das mais-valias de transferência de jogadores, atingiram o somatório exorbitante de quase 200 milhões de euros de prejuízo ao longo dos primeiros dez anos que analisámos.

Esperamos, com o nosso trabalho, ter estimulado a atenção do adepto apaixonado para uma das áreas mais importantes da gestão do desporto, a área financeira. Desprezar esta área é um erro que pode trazer, num prazo mais ou menos lato, consequências irreversíveis para o futuro dos clubes de futebol. Em futuros trabalhos e na posse de informação contabilística mais detalhada, é nosso propósito não só aprofundar a análise iniciada a esta sociedade desportiva, adoptando metodologias alternativas, como também, utilizando indicadores análogos, verificar e comparar o comportamento económico e financeiro das SAD do Porto e do Benfica.

CORRESPONDÊNCIA

Margarida Boa Baptista

Doutorada em Ciências do Desporto

Professora Auxiliar da FMH – UTL

Estrada da Costa, Cruz Quebrada, Oeiras

E-mail: margaridab@fmh.utl.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Carvalho das Neves João (2005). *Pack Análise Financeira – Técnicas Fundamentais. Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*. Lisboa: Texto Editora.
2. Drucker Peter, Nakauchi Isao (1999). *Tempo de desafios. Tempo de decisões*. Lisboa: Difusão Cultural.
3. Esteves José (1999). *O Desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
4. Franco Filipe Soares (2006). Entrevista ao Presidente do Sporting Clube de Portugal, Filipe Soares Franco in *O Jogo* de 17 de Março de 2006.
5. Franco Filipe Soares (2008). Entrevista ao Presidente do Sporting Clube de Portugal, Filipe Soares Franco in *Jornal Diário de Notícias* de 1 de Junho de 2008.
6. Neto de Carvalho Cristina, Magalhães Gioconda (2005). *Análise Económico-Financeira de Empresas*. 3ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora.
7. *Relatório e Contas* a 30 de Junho de 2004 da Sporting, Sociedade Desportiva de Futebol, SAD.
8. *Relatório e Contas* a 30 de Junho de 2005 da Sporting, Sociedade Desportiva de Futebol, SAD.
9. Sérgio Manuel (2003). *Algumas teses sobre o Desporto*. Lisboa: Compendium.